

## DA “GREVE GERAL DE MASSAS” À “GREVE VACA BRAVA”

Frederico Lisboa ROMÃO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo visa a discutir a greve como construção coletiva, incorporando as diversas possibilidades de definições, conceitos, e objetivação histórica. A opção é perquirir a greve no mundo do trabalho, inclusive registrando que a mesma possui um espectro mais amplo. No nascedouro do capitalismo, as formulações teóricas debatem sobre a correção ou não do uso da greve como arma dos trabalhadores. Uma segunda polêmica é a defesa da greve como instrumento revolucionário, capaz de vitórias políticas. Em um terceiro momento, após particularmente as greves belgas e russas, o conceito de greve como instrumento político se firma. As discussões consolidam consensos: não é correto pensar em tipologias estanques, haja vista a capacidade das greves em metamorfosearem-se, mas é possível caracterizá-las considerando os contextos objetivos dados. As greves e suas caracterizações têm se modificado ao longo dos anos. Na contemporaneidade o conceito de greve política não pode ser mais percebido como outrora, por ter ou não capacidade de derrubar o Estado, o conceito se ampliou. Porém, a despeito das mudanças, as greves permanecem sendo um fundamental instrumento da Classe Trabalhadora. E tal como efetivação da ação coletiva descortina o âmago da sociedade do capital, anuncia aos trabalhadores os limites da democracia e do Estado burguês.

**PALAVRAS CHAVES:** Greve. Estado. Política. Mundo do trabalho. Capitalismo.

### Greve: possibilidades de conceitos e definições<sup>2</sup>

#### Conceitos gerais

Se buscarmos a definição do termo greve nos manuais técnicos de caráter geral, encontraremos:

Recusa, resultante de acordo, de operários, estudantes, funcionários, etc., a trabalhar ou a comparecer onde o dever o chama enquanto não sejam atendidos em certas reivindicações (FERREIRA, 1980, p.875).

Paralisação de um grupo de trabalhadores por decisão própria ou por ordem do sindicato, etc, tentam de forma organizada obter remédio contra perdas, por melhores condições de trabalho, etc (OXFORD, 1983, p.839, tradução do autor).

---

<sup>1</sup> UFS – Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Serviço Social. Aracajú - SE – Brasil. 49100-000 – fredericoromao@uol.com.br

<sup>2</sup> Este artigo é parte atualizada da nossa tese de doutorado em ciências sociais defendida junto à UNICAMP.

A primeira acepção denota um conceito ampliado. Hoje podem ser chamadas de greve as mais diversas manifestações: seja a recusa a prestar um serviço, continuar uma relação, manter a regularidade de uma prática, etc. A recusa pode, dentro do sentido mais largo, ser coletiva ou individual. Por exemplo, o preso político está em greve de fome; os estudantes resolveram não assistir à aula.

A segunda conceituação está mais limitada ao mundo do trabalho. É fruto da importância que o termo adquiriu com a consolidação da sociedade das mercadorias e da disputa constante entre o capital e trabalho, que é sua marca indelével. Por um lado, o trabalho vivo busca fazer crescer seu preço, procura seguidamente melhores condições para a sua venda; por outro lado, o proprietário dos meios de produção tenciona comprá-lo sempre pelos preços mais baixos (MARX, 1987). Essa alteração torna recorrente o surgimento das greves de trabalhadores. Nesse caso, o sentido da ação coletiva é sempre dominante. É um grupo de trabalhadores que decidem parar por iniciativa própria ou por orientação da direção sindical ou partidária ou de grupo. Nessas duas formas se destaca a ação como resultado, como instrumento operacional de uma decisão coletiva.

### **Etimologia e primeiros eventos grevistas**

Segundo Lefranc (1972, p.6) o termo “*Aparece por primera vez en 1877, después, se dice, del resonante éxito de un <<poema>> de François Coppée, La grève des forgerons [...]*”. Terneyre (1991), Castro (1986) e Freitas (1995) relacionam o surgimento do termo greve a reunião de trabalhadores e desempregados franceses na *Pláce de la Grève*, praça do *Hotel de Ville* próxima ao rio Sena, em Paris.

Concretamente, movimentos possíveis de serem denominados como greve ocorrem desde tempos imemoriais, “*Hacia el año 2100 a. C. La población que estaba al servicio de un templo en la necrópolis de Tebas se negó a trabajar*” (LEFRANC, 1972, p.13). Há registro também de revoltas entre os operários judeus no Egito em 1440 a.C., e durante a construção da pirâmide para o Faraó Ramsés II em 1300 a.C. (VIANNA, 1959).

Mesmo durante a antiguidade existe nota de greve que não diz respeito apenas às relações de trabalho. Na Grécia, em torno de 411 aC. Aristófanes escreveu uma peça denominada de *Lisístrata*. Essa peça, na forma de comédia, relata uma greve de sexo. As mulheres gregas cansadas de perderem seus filhos e maridos nas guerras resolvem não ter

mais relações sexuais com seus cônjuges até que eles acabem com a rivalidade entre Atenas e Esparta (ARISTÓFANES, 2002).

Na França existem informações sobre greves desde o século XIII. O século XVI é extremamente agitado em função de uma grande elevação dos preços, provocados pela descoberta de metais do **Novo Mundo**. Ocorrem greves em Lion que começam em 1527 e só se encerram em 1539. A tática usada se repete

*Todos los compañeros de un mismo oficio se retiran a los campos; su jefes se instalan en los alrededores, en las villas y pueblos por donde han de pasar sus camaradas de la periferia y les ponen en guardia contra la ciudad condenada; al cabo de algún tiempo (un año y medio una vez, dos años en otra ocasión, en Dijon) los dueños capitulan (LEFRANC, 1972, p.16).*

Desde o século XIII, na França, as greves são conhecidas como *takehan*, “como uma aliança feita contra os interesses comuns” (VIANNA, 1959; LEFRANC, 1972, p.05). Essa leitura fundamentava a atitude hostil dos poderes públicos contra os grevistas de então. Desde sempre as greves são combatidas pelos agentes da justiça. Elas só começam a serem suportadas em tempos recentes<sup>3</sup>, “Na maioria dos países desenvolvidos, as legislações repressivas foram abolidas nas duas últimas décadas do século passado” (CATTANI, 2000, p.121).

Não obstante os registros anteriores, será mesmo após a consolidação do regime produtor de mercadorias que a greve se torna um evento **normal** dentro do conceito durkheimiano (DURKHEIM, 1990), tornou-se um fato recorrente e foi inserida no arcabouço jurídico legal do Estado capitalista (ENGELS, 1986) como uma tentativa de integrá-la estruturalmente ao sistema, artifício que não consegue se efetivar.

Buscaremos agora apreender os elementos constitutivos essenciais na greve enquanto fazer coletivo. Discutir as diversas possibilidades de análises subjacentes a esse fazer. A proposta não é promover tipologias ou categorias hermeticamente fechadas, mas buscar descortinar as muitas ocorrências e transformações que são levadas a termo no processo que envolve o constructo greve.

### **As primeiras teorizações sobre o conceito**

---

<sup>3</sup> Mesmo o direito a associação só foi conquistado na Inglaterra em 1824 (ENGELS, 1986).

A greve enquanto instrumento de luta na sociedade capitalista vem sendo tematizada em inúmeros estudos. Em 1844 Engels afirma que as associações de operários e suas greves,

[...] são a primeira tentativa dos operários para abolir a concorrência. Eles partem do justo princípio de que o domínio da burguesia não é fundado senão na concorrência dos operários entre si, quer dizer, na divisão do proletariado até o infinito e na possibilidade de opor as diversas espécies de operários umas as outras. [...] Que a concorrência entre operários seja suprimida, que todos os operários estejam firmemente resolvidos a não mais se deixar explorar pela burguesia, e o reino da propriedade chegará ao seu fim (ENGELS, 1986, p. 248).

Engels (1986, p.253) entende que a Inglaterra de meados do século XIX vive imersa em uma guerra social **declarada e aberta**. Para ele as greves “São a escola de guerra dos operários, onde eles se preparam para o grande combate [...]”

Inicialmente muitos são os teóricos que combatem o direito de greve. Fazem isso não por aspectos legais, mas a partir dos conceitos da **ciência econômica**.

O Trade-unionismo encontrava-se ante este dilema: vencedor ou vencido em seu objetivo imediato, o resultado final será desfavorável aos trabalhadores. Se sofresse uma derrota em sua exigência a respeito de salários mais elevados, todos os gastos de organização, tanto em dinheiro como em energia, seriam inúteis... E se conseguisse, por algum tempo, um êxito aparente, o resultado final seria ainda mais desastroso. As leis naturais violadas, restabelecerão sua autoridade por meio de uma reação inevitável. O mortal vaidoso que se atreva a opor a própria vontade às influências divinas, atrai sobre si um castigo inexorável. Seu êxito passageiro desaparece, e paga com largos sofrimentos a efêmera vitória (STERLING, 1989, p.121)<sup>4</sup>.

Ainda no século XIX Marx vai contestar essas posições, sejam dos socialistas sejam dos economistas, pois parte desses dois setores via nas greves apenas aspectos negativos. Para Proudhon a luta dos trabalhadores por melhores salários era inóxia. Havendo greve e crescendo os salários as leis gerais da economia iriam empurrar todos os preços para cima, pondo por terra o pretenso aumento. Marx nega essa interpretação:

Se o preço de toda coisa dobra ao mesmo tempo que o salário, não há alteração nos preços, mas apenas nos seus termos. De fato, uma elevação geral dos salários jamais pode produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias: se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que servem, uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o

---

<sup>4</sup> Stuart Mill, defende interpretação semelhante, ver: Losovsky (apud STERLING, 1989).

preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração (MARX, 1989, p.154).

Em seguida e continuando a defesa do seu argumento Marx afirma que uma alteração geral dos salários não atinge igualmente a toda indústria em função de não ser igual, também, a relação existente entre trabalho vivo e trabalho morto nas indústrias.

Portanto a elevação geral de salários afetará menos as indústrias que empregam, comparativamente às outras, mais máquinas que operários [...] Assim à parte algumas oscilações, uma elevação de salários conduzirá, não a um encarecimento geral, como diz Sr. Proudhon, mas a uma baixa parcial, ou seja uma baixa no preço corrente das mercadorias fabricadas principalmente com a ajuda de máquinas (MARX, 1989, p.154).

Naqueles anos a discussão gira em torno da correção ou não do uso da greve como elemento importante de defesa da classe trabalhadora. Essa, nos parece, é a primeira grande polêmica sobre o tema. A luta visa fundamentalmente à conquista do direito dos trabalhadores a formar suas **coalizões** e fazerem greves. Marx critica economistas e socialistas contrários à greve. Para ele os primeiros

[...] querem que os operários permaneçam na sociedade tal como ela está formada e tal como eles a consignaram e sancionaram em seus manuais. Os socialistas querem que os operários deixem de lado a sociedade antiga para que possam entrar melhor na sociedade nova que tão previdentemente preparam para eles (MARX, 1989, p.158).

Os textos não apresentam ainda a greve como instrumento com capacidade de derrubar o Estado capitalista. A greve se inseria na luta por melhores condições de trabalho, qual seja, a luta por elevação de salários e redução de jornada, até mesmo porque “A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora.” (MARX, 1983, p.236).

### **Greve como instrumento de transformação do Estado**

Uma segunda grande polêmica que surge também nesse período diz respeito à Greve Geral sindical como instrumento revolucionário. Conforme Ostergaard (1993), essa tese é defendida por Bakunin. Diferentemente de Proudhon (OSTERGAARD, 1993), que seria seu predecessor como pensador anarquista, Bakunin estimula as insurreições populares como

forma de conquista do poder político. A tática de “propaganda através de ações” com insurreições e assassinatos é duramente reprimida e os anarquistas passam a apostar na ação sindical como instrumento revolucionário (OSTERGAARD, 1993, p.12). A Greve Geral seria o instrumento através do qual “[...] os trabalhadores assumiriam o controle dos meios de produção, da distribuição e da troca e aboliriam o Estado.” (OSTERGAARD, 1993, p.11).

Marx não tem acordo com essa leitura, travará com Bakunin e seus seguidores uma renhida disputa dentro da I Internacional. Para o primeiro a luta sindical se circunscrevia dentro de limites bastante definidos.

Ao mesmo tempo, e absolutamente fora da servidão geral que o regime de salariado implica, os operários não devem superestimar o resultado final dessa luta quotidiana. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença (MARX, 1987, p.85).

Diferentemente de Bakunin, Marx tem uma visão da luta dos trabalhadores como um processo:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1989, p.159).

Assim posto, a luta de libertação da classe operária para Marx consistia em uma luta eminentemente política e não obstante a importância da luta sindical como formadora da consciência de classe e responsável por causar prejuízos ao capital, a emancipação da classe passava pela ação política de um partido que visasse à conquista e não à destruição imediata do poder de Estado (OSTERGAARD, 1993).

Desde a leitura dos anarquistas a greve passou a ser interpretada, por uns mais e por outros menos, como instrumento para atingir a derrocada do Estado ou ainda alcançar conquistas de outras bandeiras políticas como o voto universal. Essa visão ganhou corpo especialmente após a greve belga de 1893 pelo sufrágio universal, e a revolução russa de 1905. Nessa nova fase a discussão sobre greve configura-a como instrumento eminentemente político, de enfrentamento ao Estado.

Em 1889 Lênin escreve um texto intitulado *Sobre os sindicatos* (1979). Nessa elaboração os seus conceitos são ainda muito parecidos com as interpretações de Marx sobre o mesmo tema. Para Lênin as greves crescem à medida que cresce o capitalismo e suas fábricas. Ele defende que a princípio a consciência é ainda contingente e serão as greves responsáveis por fazer florescer e ampliar a consciência de classe.

A princípio, é comum que os operários não tenham nem sequer uma idéia clara do que procuram conseguir, não compreendem porque atuam assim: simplesmente quebram as máquinas e destroem as fábricas (LÊNIN, 1979, p.38).

As greves terão a capacidade de mostrar aos patrões que os verdadeiros donos não são eles e mostrarão aos trabalhadores que eles não estão sós. As greves têm a capacidade de contagiar o conjunto da classe por isso uma greve nunca termina apenas no local que começou, ela se amplia<sup>5</sup>. Infunde nos operários a noção de luta de classe, de socialismo, da necessidade de se emancipar das rédeas do capital.

Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis. Do mesmo modo que os patrões se esforçam para convencer os operários de que o tzar e o governo tzarista se preocupam com os patrões e os operários na mesma medida, com espírito de justiça. [...] Eclode, porém, uma greve, apresentam-se na fábrica o fiscal, o inspetor fabril, a polícia e, não raro, tropas, e então os operários percebem que infringiram a lei; [...]

O operário começa a entender que as leis são ditadas em benefício exclusivo dos ricos, que também os funcionários defendem os interesses dos ricos. [...] Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. (LÊNIN, 1979, p.41).

Entretanto, da mesma forma que Marx e Engels, Lênin identificava nesse seu artigo as limitações dessa forma de luta no tocante a revolucionar o conjunto societal. Ele afirma que apesar da greve ser uma **escola de guerra** ela ainda não é a própria guerra. A preocupação de Lênin é que o alastramento das greves passe a ideia para a classe operária de que por si só elas sejam suficientes para possibilitar uma grande melhora nas suas condições e mesmo a libertação do jugo do capital. Pare ele nesse momento “[...] as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário.” A tarefa derradeira não seria

---

<sup>5</sup> Blass (1990), diferentemente do usual que destaca apenas o conflito, trata da greve bancária em São Paulo em 1985 como uma **feira** que conscientizou, despertou o espírito de solidariedade e camaradagem entre os grevistas. Cardoso (1991) relaciona greve e o descortinamento da identidade coletiva.

alcançada pela greve, “[...] esta luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas idéias sobre o governo e sobre a causa operária.” (LÊNIN, 1979, p.43).

A revolução de 1905 na Rússia faz Lênin rever sua posição. Ao escrever seu artigo *A greve política e a luta de rua em Moscou*, produzido no calor dos acontecimentos, do levante russo, Lênin descreve o desenrolar da revolução iniciada a partir do movimento de greve operária, o seu transbordamento e incorporação de outros setores como o **estudantado radical**. O movimento que havia começado de forma dispersa se desenvolveu rapidamente, ganhara as ruas, incorpora novos setores operários, transformando-se em greve de massas, em 1905 já se cristaliza como greve política.

A ação inevitável dos operários nas ruas, ainda que apenas para informar seus camaradas ainda não a par da greve, converte-se numa manifestação política com canções e discursos revolucionários. [...] A multidão canta a Marselhesa. Improvisam-se comícios revolucionários. São destroçadas as oficinas gráficas que se recusam a acompanhar a greve (LÊNIN, 1979, p.86).

O movimento grevista, afirma Lênin, havia se transformado em insurreição. A partir desse texto Lênin passa a defender a greve não apenas por seu papel heurístico e organizador, mas, sobretudo, por sua capacidade de subverter o sistema capitalista. A greve se destaca como agente político. Teria sido ela a responsável pelas grandes transformações por que teria passado o solo russo.

Até 22 de janeiro de 1905, o partido revolucionário da Rússia constava de um pequeno grupo de pessoas. [...] Não obstante o panorama mudou por completo no curso de uns meses. Centenas de social-democratas revolucionários converteram-se “rapidamente” em milhares, os milhares converteram-se em chefes de dois ou três milhões de proletários. É necessário estudar esta transição; compreender como foi possível, quais foram, por assim dizer, seus métodos e caminhos. O meio principal dessa transição foi a greve de massas. A revolução russa é, na história mundial, a ‘primeira’ grande revolução – e sem dúvida não será a última – em que a greve política de massas desempenhou um papel extraordinário (LÊNIN, 1979, p.159).

Rosa Luxemburgo (1974) radicalizará a abordagem da greve como instrumento de ação política por excelência. Ao defender seu ponto de vista, Rosa o faz revendo a abordagem marxista e criticando a leitura anarquista. Seus textos buscam dar um novo caráter ao conceito de Greve Geral de Massas como instrumento político capaz de transformar e aglutinar amplos setores da classe no processo revolucionário.



A revolução russa de 1905 possibilita a Rosa desenvolver seu raciocínio acerca da via da luta de massas para chegar ao socialismo, alternativa ao oportunismo da social democracia alemã, engajada na via parlamentar e sindicalista. A greve geral de massas de 1905 prefigura, a seu ver, a forma que tenderão a assumir as lutas operárias em todo o continente (SADER, 1990, p.12).

No seu livro *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, escrito em 1906, também sob o calor dos acontecimentos de 1905 na Rússia, Rosa afirma:

Se é verdade que a revolução russa obriga a rever profundamente o antigo ponto de vista marxista relativo à greve de massas contudo, somente o marxismo, com seus métodos e perspectivas, obtém neste campo a vitória sob uma nova forma (LUXEMBURGO, 1974, p.14).

Não obstante essa postura, ela precisa sua diferença com Marx e nega a leitura anarquista da greve geral

Não deve concluir-se que Marx e Engels sustentaram erradamente a tática da luta política ou que sua crítica ao anarquismo é falsa [...] A revolução russa, a mesma revolução que constitui a primeira experiência histórica da greve geral, não somente não reabilita o anarquismo como conduz à liquidação histórica do anarquismo (LUXEMBURGO, 1974, p.11).

Rosa Luxemburgo não obstante fazer uma defesa explícita da tese da greve geral como redentora da Classe, por ser “[...] a arma mais poderosa da luta política na conquista dos direitos políticos” (LUXEMBURGO, 1974, p.14), busca diferenciar sua construção dos conceitos anteriores.

[...] a greve de massas nem é <<fabricada>> artificialmente nem <<decidida>> ou <<difundida>> no éter imaterial e abstrato, é tão somente um fenômeno histórico resultante, num certo momento, de uma situação social a partir de uma necessidade histórica (LUXEMBURGO, 1974, p.18).

### **Ideações enriquecedoras do conceito greve<sup>6</sup>**

Os primeiros anos do século XX são ricos em documentos sobre greve. Os textos de Lênin, Trotsky e a discussão sobre Greve Geral travada por Rosa Luxemburgo, Kautsky,

---

<sup>6</sup> Para essa discussão no limitar-nos-emos a abordar a greve no mundo do trabalho sem com isso negar as outras esferas nas quais as greves podem irromper, a exemplo do meio acadêmico, estudantil, etc.

Parvus, entre outros, a partir das várias experiências grevistas naqueles anos<sup>7</sup>, trazem à baila diversos elementos importantes para o desvendamento do fenômeno greve. Fundamentalmente nesses anos a polêmica continuará sendo a utilidade da greve na luta da classe trabalhadora e dos partidos de esquerda ante o enfrentamento com o Estado pela tomada do poder político. Não obstante, nessa etapa a discussão avança e se tematiza não apenas a oportunidade ou finalidade da greve, mas também diversos outros elementos constitutivos da sua processualidade: Discute-se o embricamento dos diversos tipos de greve. Greve espontânea ou dirigida? Política ou econômica? Defensiva, de resistência, ou ofensiva? Aborda-se também a capacidade de uma modalidade de greve se transmutar em outra. É um momento rico de teorização das greves.

Uma questão que em primeiro plano fica desnudada pelas diversas leituras é a incorreção de se fazer uma diferença esquemática das diferentes categorias presentes na greve, de tratá-las como coisas estanques. Apesar dos ataques mútuos e de suas diferenciações, tanto Rosa Luxemburgo como Kautsky têm acordo com isso<sup>8</sup>

*Ahora bien, esta división estricta y esquemática de la huelga de masas, con tipos y subtipos pueden tener sentido en el papel y bastar también para la vida parlamentaria. Pero apenas comienzan las grandes acciones de masa y los períodos políticos tormentosos, la clasificación es descompaginada totalmente por la vida misma (LUXEMBURGO, 1975a, p.165).*

*Esta claro que un movimiento huelguístico pueda entrecruzarse con otro, que pueda tomar en su desarrollo distintas formas que no se pueden prever. Una huelga demostrativa puede transformarse en un lock-out o en una huelga coercitiva, una huelga económica aislada puede tomar las dimensiones de una huelga de masas de solidaridad y finalmente alcanzar significado político. Una huelga de masa política triunfante puede arrastrar detrás suyo ramificaciones económicas aisladas (KAUTSKY, 1975, p.207).*

Assumir a inter relação entre as diversas categorias não significa a negação das diferenças

*En resumen la primera condición para apreciar seriamente la huelga general es distinguir entre huelgas generales nacionales y huelgas internacionales, huelgas políticas y huelgas sindicales, huelgas industriales en general y huelgas provocadas por un acontecimiento determinado, huelgas que surgen de los esfuerzos de conjunto del proletariado, etc (LUXEMBURGO, 1975b, p.101).*

---

<sup>7</sup> Especialmente as greves belgas e russas.

<sup>8</sup> Essa também é a conclusão que chega Lefranc (1972).

*Todo esto no impide que haya tipos muy distintos de huelga, y que en nuestras condiciones haya que sopesar cuidadosamente el carácter y el tipo de una huelga al comenzarla, así como las metas y objetivos que se quieren fijar (KAUTSKY, 1975, p.207).*

Trotsky (1979, p.247) em texto escrito nos anos trinta *A estratégia das greves* também dá sua contribuição à interpretação da relação existente entre as greves, “A tentativa de separar a luta econômica da luta política é, na nossa época, menos realizável do que nunca.”

Tendo observado a necessidade de se analisar a greve como um processo sujeito a variadas determinações, podemos adentrar no processo visando a identificar algumas categorias presentes no fazer greve sem com isso queiramos entendê-las como isoladas.

Antunes (1992, p.195) esclarece quais os fatores característicos de uma greve espontânea:

Uma greve é espontânea quando ela nasce do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença da direção consciente. Quando a ação teleológica ocorre como resultado de uma situação concreta que levou, sem previa ideação social ou política, à eclosão daquele evento. É algo que brota da própria situação da classe, em sua processualidade e desenvolvimento. A ação espontânea é portanto, aquela que se atém ao nível da consciência da cotidianidade, da consciência contingente.

Diferentemente, uma greve não-espontânea

É aquela cuja ação teleológica prévia é elemento fundante para a deflagração e condução do movimento. É aquela que se insere no universo de um movimento previamente concebido e politicamente dirigido (ANTUNES, 1992, p.197).

Uma greve não espontânea pode ter um caráter revolucionário<sup>9</sup> ou reformista. O primeiro caso ocorre quando partindo de uma análise científica assentada no método dialético, a direção do movimento de forma consciente busca fundir as motivações imediatas com as causas mais gerais da Classe Trabalhadora, visando a construir a possibilidade da derrubada do poder do capital na busca da construção de uma nova sociedade galgada nos valores e no modo de produção socialista. No segundo caso, a greve não adentra o âmago da contradição da sociedade do capital. Uma greve não espontânea é reformista, quando em seu construto ela não avança além das reivindicações mais imediatas, não se configura como um momento político de classe, não mexe no essencial do Estado capitalista.

---

<sup>9</sup> O caráter revolucionário está presente em uma greve espontânea quando o movimento mesmo sem ideação anterior se agiganta por sobre os fundamentos do Estado, sejam eles econômicos e ou políticos, a greve pode adquirir o caráter de insurreição, como em 1905 na Rússia.

Outra categorização importante diz respeito ao fato da greve ser política<sup>10</sup> e ou econômica:

Uma greve é estritamente econômica quando suas reivindicações são parciais, limitadas, contra os efeitos e não as causas do regime de salários e por isso incapazes de ferir sequer minimamente a materialidade do sistema capitalista [...] (ANTUNES, 1992, p.198).

Uma greve política é aquela que, numa das suas dimensões, contrapõe-se de alguma maneira ao aparato de Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política (ANTUNES, 1992, p.199).

Tanto a greve econômica como a política podem se apresentar na forma espontânea ou dotada de uma direção consciente. Exemplos de greves econômicas espontâneas são os mais comuns, elas são inclusive anteriores a sociedade capitalista. Na Era das mercadorias elas ocorrem como fruto da exploração e opressão capitalistas sobre as diversas categorias de trabalhadores. Quando os desmandos do capital e de seus vassallos atingem limites insuportáveis, os trabalhadores buscam como defesa a **parede**. Esse tipo de greve é normalmente o embrião de um processo maior, anterior à constituição dos trabalhadores enquanto classe para si.

No princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção (MARX; ENGELS, 1990, p.74).

As greves econômicas ideadas conscientemente são aquelas levadas a efeito por uma direção. Esse tipo de movimento tem alcance limitado, visa apenas à correção de desajustes específicos sejam salariais ou de condições de trabalho, buscam os efeitos e não as causas. Essa modalidade de greve pode ocorrer por limitações político ideológica da direção ou por questão tática de momento no qual mesmo uma direção avançada entenda que não comporte o momento maiores reivindicações. Um exemplo desse tipo de greve foi a ocorrida na França em 1869, quando os mineiros, dirigidos por sua organização *la Fraternal*, reivindicavam melhorias salariais e jornadas de oito horas (LEFRANC, 1972, p.25).

---

<sup>10</sup> “La huelga de masas política se diferencia de las otras en que su finalidad no es la obtención de mejores condiciones de trabajo sino la consecución de ciertas modificaciones políticas, y que por lo tanto no se dirige contra un capitalista individual sino contra el gobierno.” (PARVUS et al, 1975, p.48).

As greves políticas espontâneas são aquelas que surgem no interior do movimento operário sem ideiação anterior de nenhum tipo de direção, porém a sua objetivação provoca óbices ao Estado seja por atingi-lo nos seus fundamentos econômicos, seja por contribuir para desorganizar seus elementos superestruturais. De outro modo a greve política pode já no seu nascedouro ter sido pensada por um núcleo dirigente, seja do movimento operário e/ou partidário, com a vontade expressa de provocar estorvo à ossatura estatal.

Muitas vezes as greves se metamorfoseiam na sua processualidade. Movimentos surgidos de forma espontânea com um viés puramente econômico crescem, adquirem direção consciente ou não, transformando-se em greves políticas. Outras vezes, greves surgidas por interesses políticos avançam sobre os elementos da economia e a sinergia desses fatores provoca verdadeiras insurreições. Um exemplo da riqueza e complexidade do processo grevista é a generalização da greve que ocorreu nos meses de maio/junho de 1968 na França. Uma greve iniciada por estudantes cresce avassaladoramente, trazendo consigo os trabalhadores franceses em um processo completamente distinto do usual. Tal evento não teve o conhecido movimento vertical, seja da direção para a base, característica das greves puxadas pela direção; ou no sentido inverso, da base para direção, característica das greves espontâneas. Foi um movimento que se espalhou horizontalmente e mais do que isso, a iniciativa veio de fora do chão de fábrica.

Independente do aspecto consciente ou espontâneo, as greves políticas podem estar associadas a elementos reformistas ou revolucionários. Em 1893 a Bélgica assiste à irrupção de um movimento grevista político, iniciado de forma espontânea pelos mineiros de Borinage, exigindo-se o direito do voto universal. Esse movimento se torna geral e dirigido pelo Partido Obreiro Belga. Alguns dias depois, apesar da greve ter se alastrado por muitas localidades, ficava claro que as forças grevistas por si só não seriam suficientes para enfrentar a reação policial. A única saída seria conseguir armas nos quartéis e dotar o movimento de força insurrecional. Essa proposta não foi aceita pelo Partido Obreiro e a greve terminou nos marcos de uma reforma reduzida da constituição. Esse parece um bom exemplo de uma greve política espontânea na sua origem, torna-se consciente na sua objetivação inserindo-se por fim nos marcos do reformismo.

Nos escritos clássicos aparecem várias outras denominações de greve. Luxemburgo se expressa sobre o que chama de greves de política acidental e greves de protesto político. As duas são ideadas anteriormente visando a fins específicos, exigem grande concatenação das direções com as massas, ocorrem dentro de condições políticas concretas, diferenciando-se no

tocante ao nível de controle da situação (LUXEMBURGO, 1974, 1975a, 1975b). Kautsky também distingue entre outras as greves do tipo demonstrativas e coercitivas,

*La huelga de masas política como medio de coerción se efectua para obligar a los poseedores del poder político, el gobierno o el parlamento, a hacer o dejar de hacer algo. Si la misma no logra esto, fracasa, lleva a una derrota. Hay que prolongarla con el máximo de fuerza posible hasta lograr el objetivo, o hasta que las masas desfallecientes se derrumben. La huelga demostrativa desde su inicio tiene una duración limitada, sin tomar en consideración si logra o no un resultado práctico. Las masas, después de su finalización, son retiradas de la acción con sus filas tan cerradas como cuando entraron en ella (KAUTSKY, 1975, p.129).*

Nesse mesmo texto Kautsky (1975) afirma que toda greve econômica é uma greve coercitiva, e que, apesar de serem de tipos distintos as greves econômicas e demonstrativas, podem se combinar.

São muitos os elementos e categorias presentes no fazer greve, mas apesar das diferenças, eles, como exposto anteriormente, não se apresentam isolados nem é opção desse estudo trabalhar com modelos ideais. Nesse sentido há que se concluir com a apresentação de duas outras dimensões destacadas por Antunes, quais sejam o caráter ofensivo ou defensivo do movimento.

A greve em sua manifestação concreta poderá assumir uma dimensão ofensiva, quando ocorrer em momentos de expansão econômica e dentro de condições favoráveis ao avanço do movimento grevista, onde os operários reivindicam melhorias nas suas condições de vida e trabalho. Ou defensiva, quando eclode em situações desfavoráveis, em épocas de crise econômicas, objetivando evitar que conquistas anteriores sejam usurpadas dos trabalhadores ou que se deteriorem ainda mais suas condições materiais (ANTUNES, 1992, p.206).

As greves têm sofrido muitas modificações ao longo dos tempos. Surgem novas táticas, são atribuídas novas denominações, também se modificam as suas finalidades e alcances. Em 1985, por exemplo, irrompe no ABC paulista a greve **vaca brava**, essa é dotada de características inusitadas, pois consegue articular, incorporar e trazer para o interior do movimento fortalecendo-o setores que estão momentaneamente **trabalhando**,

A sua forma organizativa funda-se na surpresa. A cada dia, tendo por base um conjunto de dados e informações sistematizadas em "mapas da cadeia produtiva", dirigentes e militantes sindicais decidem qual(is) a(s) empresa(s) que será(ão) paralisada(s) e em que momento. Tentam, assim, deixar os empresários sem rumo, quer dizer, sem saber "qual é a fábrica que ia parar, qual ia continuar", pois quando "uma pára, a outra começa e descontrola todo o sistema de produção; desorganiza tudo, porque a produção é em

cadeia, uma vai produzindo em seqüência da outra [...]" Na Volkswagen, conta um entrevistado, "nós estávamos parados porque não tinha peças, mas nós não estávamos em greve. Quando começou a chegar peça, aí nós paramos (BLASS, 1998, p.69)<sup>11</sup>.

As paralisações tendem a acompanhar o grande cenário político e econômico internacional. Esse processo foi percebido por Lefranc (1972, p.69) “*Entre las grandes huelgas anteriores a 1914 y las grandes huelgas posteriores a 1918 podemos apreciar muchas diferencias.*” Depois da Segunda Guerra Mundial, apesar das greves apresentarem elementos de continuidade, elas ganham novas determinações, agora trazidas pelo clima da **Guerra Fria**.

*A este nuevo carácter de la huelga se añader otro hecho que adquiere una amplitud desconocida: en varias ocasiones las huelgas aparecen como una confrontación internacional entre concepciones y fuerzas antagonistas (LEFRANC, 1972, p.97).*

No pós-guerra, apesar da ocorrência de algumas grandes greves a exemplo das ocorridas na Bélgica, EUA, Alemanha e França<sup>12</sup>, parece-nos que as greves caminham no sentido de assumir em grande medida os contornos da ordem, mesmo que por motivos e situações bastante diferenciadas. Nos países nos quais ocorreram revoluções socialistas ou que estão no campo do socialismo real, as greves de cariz político insurrecional desaparecem. No centro do mundo capitalista, no qual o *welfare state* era sustentado pelo pacto fordista, ocorre em larga medida o mesmo. Como estavam situadas nesses dois grandes campos as maiores experiências grevistas já realizadas, à proporção que elas perdem força, igualmente perdem força nos demais países.

Movimentos continuam ocorrendo, muitos com características claras de greves políticas. A greve dos petroleiros no Brasil em 1995, a dos mineiros na Inglaterra em 1984/1985 e a dos controladores de vôo americanos em 1981 nos EUA são exemplos de greves políticas. As três greves citadas se contrapunham a elementos do neoliberalismo, que estruturavam econômica, política, social e ideologicamente os Estados e as sociedades desses países.

Em fins da década de 90 e na década de 2000, especialmente no ano de 2010, pipocam greves importante nos países de economias centrais. França, Alemanha, Espanha, Grécia entre outros, se vêem envolvidos em greves e grandes mobilizações de ruas. São resultantes de mais

---

<sup>11</sup> Sobre os variados tipos e denominações de greve ver: (CASTRO, 1986; LEITE, 1988; NORONHA, 1994).

<sup>12</sup>Lefranc (1972).

uma das crises estruturais do capitalismo. Essas últimas greves arregimentam setores públicos e privados, com importantes repercussões políticas e sociais dentro e fora da Europa. Por seus reflexos, são greves que podem ser interpretadas como greves políticas. Mas, ao conceituá-las dentro do critério político o fazemos compreendendo esse conceito na sua expressão mais ampla, não no sentido discutido por excelência, em fins do século XIX e início do século XX, isto é, greves políticas como instrumentos a partir dos quais se inaugurasse a possibilidade de iniciar movimentos que subvertissem o Estado burguês.

Caso se assuma que o caráter revolucionário ou reformista não diz respeito apenas a posição política ou visão da direção do movimento, mas está umbilicalmente ligada também ao conjunto de condições sócio-político-econômicas em que a greve ocorre. Isso significa que mesmo greves nas quais as suas direções estejam dotadas de conceitos e vontades revolucionários, podem se efetivarem reformistas em função das outras condições que a conformam. Pode-se afirmar, portanto, que as greves atuais estão postadas majoritariamente nos marcos do reformismo, por mais fortes e abrangentes que tenham sido, muitas inclusive tiveram capacidade de ferir elementos vitais da política capitalista, daí a definição de greves políticas, entretanto não buscavam a tomada do poder, não tinham como objetivo a derrocada do Estado dentro de um contexto de construção processual para uma nova sociedade de tipo socialista. As paredes ocorridas nas últimas décadas, mesmo as que podem ser denominadas de políticas, casos das três greves citadas anteriormente, contrapõem-se apenas a aspectos da economia ou política do Estado capitalista.

## **Conclusões**

As greves acontecem desde tempos imemoriais. Ocorrem greves relacionadas ao mundo do trabalho e de outros tipos. Pelas definições mais amplas as greves podem ocorrer atingindo diferentes agentes e das mais diferentes formas sejam coletivas ou individuais.

Apesar das ocorrências anteriores, com a consolidação da sociedade erigida com base no valor de troca das mercadorias, a greve se torna fato recorrente. Desde então, inúmeros pensadores vêm debatendo sobre o fenômeno. Inicialmente as primeiras formulações teóricas se debatiam sobre a correção ou não do uso da greve como arma de defesa dos trabalhadores. A Classe Trabalhadora luta para vender o trabalho vivo sob as melhores condições possíveis, já os patrões buscam o inverso. Economistas e mesmo alguns socialistas defendiam ser



inócuas as greves, pois para eles as leis iminentes da economia colocariam por terra todo o esforço. Contra essas posições se insurgem, Marx e Engels (1990).

Uma segunda grande polêmica desse mesmo período é a defesa da greve como instrumento revolucionário capaz de vitórias políticas como o voto universal e mesmo a derrocada do Estado capitalista. Bakunin foi o maior propagador dessa compreensão de sociedade e forma de luta. Marx e Engels (1990) mais uma vez vão assumir posição diferenciada, criticando as leituras anarquistas. A visão anarquista sobre greve e suas formas de enfrentamento ao Estado burguês são derrotadas nos fóruns que organizavam os setores de esquerda, a exemplo da Primeira Internacional, mas elementos importantes da concepção anarquista sobre greve sobrevive, notadamente após as experiências das greves belgas e russas entre fins do século XIX e início do século XX.

Até as movimentações de operários ocorridas na Europa, Lênin observava nas greves um papel organizativo, heurístico e despertador da consciência de classe, seguindo as leituras de Marx e Engels (1990). Após os eventos Europeus Lênin passa a ter a greve como agente político capaz também de contribuir efetivamente para a subversão do sistema do capital. Diversos outros teóricos e militantes importantes como Rosa Luxemburgo, Kausky, Trotsky, entre outros, com suas diferenças, têm compreensão idêntica. No debate alimentado entre eles, sempre estará colocada a questão da insurreição popular através do uso da greve de massas.

O debate clássico travado durante a última fase referida anteriormente, enriquece a discussão. Discutem-se não somente a finalidade ou oportunidade, mas diversas outras variáveis presentes na greve. Alguns elementos ficam claramente estabelecidos: a) não é correto fazer tipologias estanques, de realizar diferenças esquemáticas sobre o fazer greve. As greves como processo social coletivo estão inseridas em todo um contexto sócio estatal sujeitas a inúmeros nexos causais os quais interagem com variadas possibilidades de resultados. b) compreendendo a insuficiência das caracterizações desentranhadas dos contextos, é possível discernir algumas categorias presentes nas greves, que se apresentam mais ou menos de acordo com os contextos objetivos dados. Ser espontânea ou ideada? Ser política ou econômica? Ser de resistência ou defensiva? Ser revolucionária ou reformista? São, entre outras possibilidades, resultado da objetivação da luta de classes no momento mesmo da sua efetivação. c) Outro aspecto importante a ser considerado é a possibilidades de a greve se metamorfosear durante a sua processualidade. As greves necessariamente não se encerram dentro dos mesmos limites nos quais se iniciam. Greves que despontam

espontâneas, adquirem durante a sua efetividade, direção assentada em análise da realidade estruturada cientificamente. Outras vezes, movimentos eminentemente econômicos avançam sobre categorias estruturantes do aparato estatal e se consolidam como greves políticas, podendo também ocorrer o inverso.

Por fim, é importante reafirmar que as greves têm se modificado ao longo dos anos acompanhando as transformações no grande cenário sócio-político-econômico. Suas determinações, denominações, táticas e finalidades adquirem novos contornos, se conformam aos interesses dos novos atores sociais quando de suas ações coletivas. Na contemporaneidade o conceito de greve política, não pode ser mais percebido como outrora, por ter ou não capacidade de derrubar o Estado, o conceito se ampliou. Não obstante toda sorte de mudanças as greves permanecem sendo um fundamental instrumento da Classe Trabalhadora por conquistas e/ou defesa dos seus direitos. A greve como efetivação da ação coletiva descortina o âmago da sociedade do capital, anuncia ao conjunto social os limites da democracia e do Estado burguês. Os trabalhadores na sua luta compreendem que o arcabouço jurídico-político-institucional está, em última instância, a serviço do capital. Durante o enfrentamento os grevistas podem, de forma mais clara, compreender quem são seus aliados e quais os adversários. A luta traz a identidade coletiva e serve para soldar os interesses de classe, fazendo desabrochar a solidariedade e a camaradagem.

#### ***FROM THE “MASS GENERAL STRIKE” TO THE “FURIOUS COW STRIKE***

***ABSTRACT:*** *This article objective is to argue that the strike is a collective construct, incorporating definitions, concepts, and historical variations. The intention is to investigate the strike in the world of the work, while recognizing that it also has a wider relevance. From the birth of capitalism, theoretical formulations have addressed the validity or not of the use of the strike as a weapon of the labour movement. A controversy is the use of the strike as revolutionary; capable of political victories. After particularly the Belgian and Russian, the concept of the strike as an instrument of politics was established. Strikes possess a fluid nature rendering difficult their precise characterization, but partial characterization is possible by objective consideration of the contexts. The strikes has changed over the course of time. At the present time the concept of the political strike cannot be seen as previously, as having the ability or not to bring down the State; the concept has widened. However, despite the changes, strikes remain a fundamental tool of the working classes. As effective collective action can reveal aspects of the nature of capitalist society, so it demonstrates to the workers the limitations of democracy and the bourgeois State.*

***KEYWORDS:*** *Strike. Stat, Politics. World of work. Capitalism.*

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

ARISTÓFANES. **Lisístrata ou a greve do sexo**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BLASS, L. M. da S. Jornada de trabalho: uma regulamentação em múltipla escolha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.36, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000100004&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100004&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em: 20 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Greve dos bancários**: São Paulo 1985 as faces de um movimento. 1990. 2v. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CARDOSO, A. M. **Petroleiros de Paulínia**: participação, consciência e identidade. 1991. 275f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CASTRO, P. **Greve**: fato e significados. São Paulo: Ática, 1986.

CATTANI, A. D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 2000.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1990.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Ed. Global, 1986.

FERREIRA, A. B. de H. **Médio dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FREITAS, M. **Greve**: direito limitado. 1995. 197f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

KAUTSKY, K. Una nueva estrategia. In: PARVUS et. al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Siglo XXI, 1975. p.128-155. (Cuadernos de pasado y presente).

LEFRANC, G. **La huelga**: historia y presente. Barcelona: Editorial Laia, 1972.

LEITE, M. P. **O que é greve**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis, 1979.

LUXEMBURGO, R. ¿Desgaste o lucha? In: PARVUS et al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Siglo XXI, 1975a. p.156-188. (Cuadernos de pasado y presente).

\_\_\_\_\_. Y por tercera vez el experimento belga. In: PARVUS et. al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Siglo XXI, 1975b. p.97-114. (Cuadernos de pasado y presente).

\_\_\_\_\_. **Greve de massas: partido e sindicatos**. Coimbra: Nosso tempo, 1974.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Ed. Global, 1989. (Bases).

\_\_\_\_\_. **Salário preço e lucro**. São Paulo: Ed. Global, 1987. (Bases).

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.v.1. t.1 e t.2. (Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

NORONHA, E. G. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. de. et. al. (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. Brasília: MTb-PNUD, 1994. p.323-358.

OSTERGAARD, G. Anarquismo. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p.11-12.

OXFORD UNIVERSITY. **The Oxford illustrated dictionary**. Great Britain: Oxford University Press, 1983.

PARVUS et al. Golpe de Estado e huelga política de Masas. In: \_\_\_\_\_. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Siglo XXI, 1975. p.7-56. (Cuadernos de pasado y presente).

SADER, E. Apresentação. In: LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução**. São Paulo: Ed. Global, 1990. p.70-20.

STERLING, J. **Marx e os sindicatos: o marxismo revolucionário e o movimento sindical**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1989.

TERNEYRE, P. **La greve dans les services publics**. Paris: Sirey, 1991.

TROTSKY, L. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

VIANNA, S. **Greve direito ou violência?** Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959.

#### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1. t.1. p.VII-LXXII. (Os Economistas).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.